



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Especialidade Psicólogo

TIPO 4 – AZUL

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de provas, contendo 70 questões objetivas e 2 questões discursivas;
 - uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - uma folha de textos definitivos destinada às questões discursivas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com **05 (cinco)** alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo das questões discursivas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva e na folha de textos definitivos das questões discursivas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **04h30 (quatro horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição do texto definitivo das questões discursivas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **16/12/2014**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjrj.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **17/12/2014** até as 23h59 do dia **18/12/2014**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjrj, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Grupo I - Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CONSTRUIR A REALIDADE

José Antonio Marina

Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.

Felizmente, a inteligência nos permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas. O pensamento liberta! Não nos contentamos em conhecer, não nos basta possuir, não somos seres passivos. Nossos projetos buscam conectar-se à realidade e ampliá-la. Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda, pois desejam mudar sua própria realidade, ainda que os resultados sejam pequenos. Então, por que continuam lendo? Porque a simples ideia de que “se pode” mudar enche o coração de esperança.

Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade, sem poder agir, limitados pelas contingências da vida. Felizmente, a inteligência nos diz que, dentro de certos limites – a morte é um deles -, a realidade não está totalmente decidida; está esperando que acabemos de defini-la. A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo. A vida é um conjunto de possibilidades que devem ser construídas. Por isso, nada é definitivo, tudo está por vir. As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos.

Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades. Cada coisa é uma fonte de ocorrências, cada ponto se converte na intersecção de infinitas retas, ou de infinitos caminhos. Cada vez mais se desfazem os limites entre o natural e o artificial.

1

“Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades”; no contexto em que está inserido (texto 1), o segmento tem função de:

- (A) ordem;
- (B) conselho;
- (C) advertência;
- (D) apelo;
- (E) ironia.

2

“Se um problema atravessa nossas vidas, / nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”; o segundo segmento desse trecho do texto 1, em relação ao primeiro, funciona como sua:

- (A) explicação;
- (B) conclusão;
- (C) condição;
- (D) consequência;
- (E) concessão.

3

Ao dizer que “Ficamos em uma rua sem saída”, no final do primeiro parágrafo, o autor do texto 1 se refere:

- (A) à demorada procura da solução de um problema;
- (B) ao surgimento de um problema em nosso caminho;
- (C) à incapacidade de agirmos livremente;
- (D) ao encontro de limitações e dificuldades;
- (E) à possibilidade de descobrir um caminho.

4

“Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito.”

Nesse primeiro período do texto 1, o autor resume um projeto de vida para o homem; nesse projeto, o único elemento inadequadamente definido é:

- (A) agentes da ação: o autor e seus leitores;
- (B) motivação da ação: desejo de viver livremente;
- (C) ação: construção de caminhos;
- (D) finalidade da ação: alcançar a liberdade;
- (E) meio da ação: procurar construir caminhos.

5

A frase do texto 1 que se encontra na voz passiva é:

- (A) “nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”;
- (B) “não nos basta possuir”;
- (C) “então, por que continuam lendo?”;
- (D) “nos sentimos presos à realidade”;
- (E) “cada vez mais se desfazem os limites”.

6

“As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos”; o termo que equivale exatamente ao segmento sublinhado é:

- (A) ao encontro delas;
- (B) de encontro a elas;
- (C) junto delas;
- (D) em companhia delas;
- (E) contra elas.

7

Na frase “Todos queremos viver em liberdade”, o exemplo de concordância verbal em “Todos queremos” se repete na seguinte frase:

- (A) Não são criativos todos os brasileiros;
- (B) Os candidatos estamos preocupados com a prova;
- (C) V. Ex^a. parece entristecido;
- (D) Todos nós desejamos a liberdade;
- (E) A gente não deseja mais viver.

8

“procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito”; a forma adequada da transformação da oração reduzida sublinhada em oração desenvolvida é:

- (A) para o alcance desse propósito;
- (B) para que alcançássemos esse propósito;
- (C) para alcançarmos esse propósito;
- (D) para que alcancemos esse propósito;
- (E) para que esse propósito fosse alcançado.

9

O título dado ao texto 1 é “construir a realidade”; o segmento do texto que se liga diretamente a esse título é:

- (A) “O pensamento liberta!”;
- (B) “Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda”;
- (C) “Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade”;
- (D) “A vida é um conjunto de possibilidades”;
- (E) “Nossos projetos buscam conectar-se à realidade”.

10

“Felizmente, a inteligência permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas”; a forma de reescrever-se o segmento sublinhado que respeita o paralelismo sintático é:

- (A) permite o encontro de soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (B) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criação de alternativas;
- (C) permite que encontremos soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (D) permite que encontremos soluções e nos possibilita a criação de alternativas;
- (E) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criarmos alternativas.

11

“Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.”

A inversão de termos em uma das frases desse primeiro parágrafo do texto 1 que se torna inadequada por modificar o sentido original é:

- (A) todos queremos viver em liberdade / todos queremos em liberdade viver;
- (B) procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito / para alcançar esse propósito procuramos construir caminhos;
- (C) se um problema atravessa nossas vidas / se um problema nossas vidas atravessa;
- (D) nos sentimos impossibilitados / sentimo-nos impossibilitados;
- (E) ficamos em uma rua sem saída / ficamos sem saída em uma rua.

12

“A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo.”

O par de palavras abaixo que obedece ao mesmo padrão dos adjetivos (bela/feia, justa/injusta, exultante/deprimente) no segmento destacado é:

- (A) transferido/mantido;
- (B) inédito/desconhecido;
- (C) impávido/orgulhoso;
- (D) eficaz/eficiente;
- (E) habitual/inóspito.

13

“Não nos contentamos em conhecer, / não nos basta possuir, / não somos seres passivos”; nesse trecho do texto 1 há três segmentos destacados e, entre eles, as conjunções adequadas seriam:

- (A) mas – já que;
- (B) e – pois;
- (C) pois – e;
- (D) já que – logo;
- (E) porém – dado que.

TEXTO 2 – A REALIDADE PERCEBIDA PELOS ANIMAIS

É difícil imaginar como pode ser o mundo de um animal considerando que não só sua inteligência, mas também seus sistemas sensoriais são diferentes dos nossos. Todavia, os animais captam estímulos que nós não captamos. O ornitorrinco, por exemplo, percebe com seu bico, parecido com o dos patos, as descargas elétricas produzidas pelos camarões, a um metro de distância. As abelhas percebem as alterações elétricas causadas por uma tempestade distante e voltam para a colmeia; as serpentes detectam o calor de suas vítimas; os morcegos percebem o eco dos sons que lançam.

O biólogo alemão von Uexküll assinalou que cada espécie animal vive em um mundo próprio, ao que chamou *Umwelt*.

14

Segundo o texto 2, as diferentes espécies animais apresentam percepções distintas do mundo porque:

- (A) os animais não captam estímulos que nós captamos;
- (B) sua inteligência e seus sistemas são distintos dos nossos;
- (C) cada espécie vive em um mundo próprio;
- (D) empregam órgãos que nós não possuímos;
- (E) os animais não usam somente a inteligência.

15

“É difícil imaginar como pode ser o mundo de um animal considerando que não só sua inteligência, mas também seus sistemas sensoriais são diferentes dos nossos.”

O comentário adequado sobre os componentes desse segmento do texto 2 é:

- (A) o infinitivo “imaginar” pode ser substituído por “que se imaginasse”;
- (B) o conector “mas também” equivale semanticamente a “porém”;
- (C) os pronomes “sua” e “seus” possuem referenciais diferentes;
- (D) o termo “como” tem valor de interrogativo de modo;
- (E) “difícil”, “animal” e “sensoriais” são exemplos de adjetivos.

16

O último parágrafo do texto 2 é típico de um texto:

- (A) informativo;
- (B) publicitário;
- (C) didático;
- (D) instrucional;
- (E) preditivo.

17

O segundo período do texto 2 se inicia pela conjunção “todavia”; sobre esse emprego, a afirmação correta é:

- (A) pode ser substituída adequadamente por “porém”;
- (B) deve ser alterada para “pois”;
- (C) necessita ser trocada por “embora”;
- (D) pode modificar-se para “logo”;
- (E) deve ser mantida, já que mostra correção.

18

Os exemplos dos animais citados no texto 2 servem para mostrar que os animais:

- (A) são diferentes de nós;
- (B) também possuem inteligência;
- (C) captam estímulos que nós não captamos;
- (D) podem ouvir mais do que os humanos;
- (E) vivem num mundo equilibrado.

19

“O ornitorrinco, por exemplo, percebe com seu bico, parecido com o dos patos, as descargas elétricas produzidas pelos camarões, a um metro de distância. As abelhas percebem as alterações elétricas causadas por uma tempestade distante e voltam para a colmeia; as serpentes detectam o calor de suas vítimas; os morcegos percebem o eco dos sons que lançam.”

O termo que indica corretamente o seu sentido no contexto é:

- (A) com / companhia;
- (B) pelos / meio;
- (C) a / direção;
- (D) por / agente;
- (E) para / finalidade.

20

Os dois textos desta prova mostram um tema em comum:

- (A) o valor da inteligência;
- (B) a luta pela sobrevivência;
- (C) a construção de uma nova realidade;
- (D) a observação de seres vivos;
- (E) as diferenças entre animais e seres humanos.

Grupo II - Noções de Direito Administrativo e Constitucional, CODJERJ, Consolidação Normativa e Legislação Complementar

21

Prefeito municipal praticou ato administrativo escolhendo, por meio de critérios de oportunidade e conveniência, quais ruas da cidade serão asfaltadas nos próximos meses. Foi-lhe permitido estabelecer tais prioridades a partir do poder administrativo:

- (A) vinculado;
- (B) hierárquico;
- (C) normativo;
- (D) discricionário;
- (E) regulamentar.

22

Maria Antonieta é servidora estadual lotada na Secretaria de Segurança Pública e exerce função de confiança. De acordo com as disposições constitucionais que regem seu vínculo com a Administração Pública, é correto afirmar que Maria Antonieta:

- (A) necessariamente é servidora ocupante de cargo efetivo;
- (B) pode ser ocupante exclusivamente de cargo de livre nomeação e exoneração;
- (C) será aposentada pelo regime geral de previdência social;
- (D) não pode exercer função de chefia, direção e assessoramento;
- (E) terá prioridade na próxima promoção na carreira, por ter exercido função de confiança.

23

Em matéria de processo administrativo, aplica-se o princípio constitucional:

- (A) do devido processo legal, segundo o qual ninguém será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, mas pode sê-lo de seus bens;
- (B) da inércia, segundo o qual a Administração Pública precisa ser provocada pelo interessado para iniciar o processo administrativo;
- (C) do contraditório, segundo o qual o administrado réu é obrigado a se defender com os meios necessários, sob pena de ser declarado indefeso com a nomeação de defensor dativo;
- (D) da ampla defesa, segundo o qual ao administrado é assegurado o exercício de sua defesa com os meios e recursos a ela inerentes;
- (E) da verdade real, segundo o qual o administrador possui os mesmos poderes e prerrogativas das autoridades judiciais.

24

Mariana, ocupante de cargo efetivo de analista judiciário, especialidade Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, presenciou determinada situação no corredor do fórum, em frente à sala de audiências da Vara de Família, envolvendo as partes que aguardavam a próxima audiência. Por ordem do meritíssimo juiz, Mariana lavrou termo de informação circunstanciada narrando o que presenciou. Esse ato administrativo de cunho declaratório é revestido de presunção relativa de que os fatos ali constantes são verdadeiros e de que tal ato foi praticado de acordo com a lei. Tal atributo ou característica do ato administrativo é chamado pela doutrina de Direito Administrativo como presunção de:

- (A) veracidade e legitimidade;
- (B) imperatividade e legalidade;
- (C) autoexecutoriedade e legitimidade;
- (D) tipicidade e imperatividade;
- (E) coercibilidade e legalidade.

25

O povo brasileiro, nos últimos anos, demonstrou sua insatisfação com a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado. Atento a essa nova demanda e com o escopo de melhorar a qualidade da educação e cultura em âmbito estadual, o Governador de determinado Estado da Federação subdividiu a então Secretaria de Educação e Cultura em dois novos órgãos: Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura. De acordo com a doutrina clássica de Direito Administrativo, trata-se da seguinte providência:

- (A) desmembramento;
- (B) descentralização;
- (C) desconcentração;
- (D) desdobramento;
- (E) delegação.

26

As funções essenciais à Justiça:

- (A) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano funcional;
- (B) são autônomas em relação ao Poder Judiciário;
- (C) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano administrativo;
- (D) são autônomas em relação ao Poder Judiciário e subordinadas ao Ministério da Justiça;
- (E) estão subordinadas ao Poder Executivo exclusivamente no plano financeiro.

27

O servidor público:

- (A) somente será nomeado para o cargo público após prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;
- (B) ocupante de cargo de provimento efetivo está proibido de exercer funções de confiança;
- (C) somente pode ser remunerado por subsídio, que não poderá exceder o valor pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- (D) deve ter os novos benefícios pecuniários calculados tomando-se como base de cálculo os benefícios anteriormente concedidos;
- (E) não pode ter a sua remuneração vinculada ou equiparada a quaisquer espécies remuneratórias.

28

É correto afirmar que os direitos fundamentais:

- (A) somente podem ser invocados após a sua regulamentação pela legislação infraconstitucional;
- (B) podem decorrer dos tratados internacionais adotados pela República Federativa do Brasil;
- (C) precisam estar expressos na Constituição, sob pena de não ser possível suscitá-los perante o Poder Judiciário;
- (D) são indisponíveis, devendo ser necessariamente exercidos pelos respectivos titulares;
- (E) somente podem ser restringidos após plebiscito, em que sejam ouvidos todos os interessados.

29

Com os olhos voltados à forma de Estado adotada pelo Brasil, é correto afirmar que:

- (A) na competência legislativa concorrente, a União deve limitar-se ao estabelecimento de normas gerais;
- (B) na competência legislativa supletiva, os Municípios podem suplementar, no que couber, a legislação federal, estadual e distrital;
- (C) a competência comum indica que todos os entes da Federação podem legislar sobre as respectivas matérias;
- (D) os Estados e os Municípios podem legislar sobre questões específicas, em matérias de competência privativa da União, desde que lei complementar o autorize;
- (E) o ente da Federação de maior amplitude estabelece todas as normas a serem observadas pelos de menor amplitude.

30

O Tribunal de Justiça:

- (A) tem iniciativa legislativa privativa para o projeto de lei que disponha sobre o Estatuto Estadual da Magistratura;
- (B) tem iniciativa legislativa privativa para o projeto de lei que disponha sobre as funções essenciais à Justiça;
- (C) tem suas competências definidas na Constituição Estadual;
- (D) tem suas competências definidas na lei de organização e divisão judiciárias;
- (E) deve julgar os seus próprios membros e os Juízes de Direito nos crimes comuns e de responsabilidade.

31

Com os olhos voltados à divisão territorial, para fins de administração da Justiça, pode-se afirmar que:

- (A) as comarcas sempre equivalem a um Município;
- (B) as comarcas sempre correspondem a um conjunto de Municípios;
- (C) cada Vara corresponde a uma comarca;
- (D) o distrito será instalado com a posse do Juiz de Paz;
- (E) a região judiciária engloba pelo menos dois Municípios.

32

Na composição, no funcionamento e na competência dos órgãos judiciários de segunda instância, verifica-se que:

- (A) o Desembargador em exercício simultâneo no Órgão Especial e em Câmara isolada terá nesta reduzida a distribuição;
- (B) a Seção Cível é constituída pelos dois desembargadores mais antigos lotados em cada uma das Câmaras Cíveis;
- (C) o Órgão Especial do Tribunal de Justiça é constituído por todos os desembargadores da ativa;
- (D) os Vice-Presidentes são escolhidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) não há Câmaras Especializadas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

33

Em relação aos Juizes de Paz, é correto afirmar que:

- (A) sua função precípua é a de atuar nas comunidades em vias de pacificação;
- (B) têm competência funcional em todo o território do Estado do Rio de Janeiro;
- (C) somente têm competência funcional na capital do Estado do Rio de Janeiro;
- (D) podem ser nomeadas para esses cargos quaisquer pessoas maiores de 25 anos;
- (E) não podem proferir decisão a respeito de controvérsias relativas à habilitação para o casamento.

34

É correto afirmar, em relação à Justiça Militar Estadual, que:

- (A) sua jurisdição está limitada à capital do Estado do Rio de Janeiro;
- (B) o seu órgão de segunda instância é o Tribunal de Justiça;
- (C) compete a ela julgar os policiais militares pela prática de quaisquer crimes;
- (D) o julgamento dos crimes praticados pelos Oficiais das Forças Armadas sempre será realizado pela Auditoria Militar;
- (E) a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças será decidida pelo Juiz Auditor.

35

É correto afirmar, em relação à reclamação, que ela deve:

- (A) individualizar a infração disciplinar praticada pelo Juiz de Direito;
- (B) direcionar-se a qualquer ato praticado por órgão jurisdicional de primeira instância que afronte os interesses do autor;
- (C) ser antecedida de pedido de reconsideração da decisão ou do ato a que se refere;
- (D) ser apresentada antes do decurso do prazo decadencial de seis meses, a contar da publicação do ato que a motivou;
- (E) culminar com a remoção compulsória do Juiz de Direito sempre que identificada inversão da ordem legal do processo, erro de ofício ou abuso de poder.

36

É correto afirmar, em relação ao responsável pelo expediente, que ele deve:

- (A) auxiliar o Juiz de Direito, que é o responsável pelo exercício da chefia direta da serventia;
- (B) fiscalizar a atividade do sub-escrivão, que tem o dever de manter a serventia aberta e em regular funcionamento durante o horário de expediente;
- (C) controlar a frequência diária dos servidores vinculados à sua serventia, em livro ou outro meio apropriado;
- (D) encaminhar à Corregedoria-Geral da Justiça, mensalmente, os relatórios estatísticos do Juízo das serventias não informatizadas, elaborados pelo secretário do Juiz de Direito;
- (E) fiscalizar a conduta e instaurar processo administrativo disciplinar para apurar a conduta dos servidores vinculados à sua serventia;

37

A partir dos distintos aspectos afetos ao Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) as atribuições dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, bem como a distribuição das vagas, serão descritas em Regulamento;
- (B) é considerado serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo ou em comissão, criado por lei e remunerado pelo erário estadual;
- (C) as carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária somente são divididas em classes, com áreas distintas de atividade;
- (D) a chefia de serventia judicial de primeira instância é conferida conforme a ordem de classificação no concurso para Analista Judiciário ou Técnico de Atividade Judiciária;
- (E) a chefia de serventia judicial de primeira instância é livremente conferida, pelo Corregedor-Geral da Justiça, ao Analista Judiciário ou Técnico de Atividade judiciária de sua escolha.

38

No âmbito da responsabilidade administrativa dos funcionários públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) não é possível que um mesmo fato enseje a responsabilidade do funcionário público nessa esfera e nas instâncias civil e penal;
- (B) não é admitida a aplicação da pena de cassação de aposentadoria, já que a aposentadoria dissolve o vínculo funcional e faz surgir o vínculo previdenciário;
- (C) a pena disciplinar de suspensão não pode superar 30 (trinta) dias corridos, de modo a não comprometer a subsistência do funcionário público e de sua família;
- (D) a destituição de função não tem a natureza jurídica de sanção disciplinar, refletindo mero ato discricionário da autoridade competente;
- (E) resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho de cargo ou função, ou mesmo fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.

39

A gerência de cada cartório judicial deve atender aos seguintes objetivos:

- (A) fortalecer a função de chefia e liderança do escrivão;
- (B) instituir a metodologia de trabalho mais adequada a cada atividade cartorária, evitando, sempre que possível, a sua unificação;
- (C) detalhar os procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de aplicação dos serviços judiciais, de modo que sua complexidade seja compatível com a complexidade das relações sociais;
- (D) aperfeiçoar os atos ordinatórios e decisórios do Juiz de Direito nos planos qualitativo e quantitativo;
- (E) aprimorar a qualidade de vida dos servidores, zelando para que o número de interrupções diárias dos serviços judiciais não comprometam o atendimento ao público.

40

É correto afirmar, em relação aos psicólogos judiciais, que estão:

- (A) hierarquicamente subordinados ao Serviço de Apoio aos Psicólogos;
- (B) tecnicamente vinculados à Corregedoria Geral da Justiça, incluindo as diretrizes de atuação que venha a estabelecer;
- (C) exclusivamente vinculados, no desempenho de suas atribuições, ao Código de Ética da Corregedoria Geral da Justiça;
- (D) vinculados ao plano geral de ação proposto pelo Serviço de Apoio aos Psicólogos, com aprovação do Corregedor-Geral da Justiça;
- (E) proibidos de realizar e colaborar com pesquisas, programas e atividades relacionadas à prática profissional dos psicólogos, isso em razão do sigilo das informações ao seu dispor.

Grupo III - Conhecimentos Específicos**41**

“[Na sociedade atual] não somente as celas, muros e grades se fazem cada vez mais presentes, aliando-se a vigilâncias eletrônicas e tecnologias avançadas de informática de última geração, mas principalmente, fortalecem o que chamamos de processos de subjetivação, ou seja, modos de viver e de existir. (...) O apelo à lei, à ordem e à repressão tem sido saudado entusiasticamente pelas elites e demais segmentos de nossa sociedade. A produção incessante do medo, da insegurança, do terror, unidos ao mito de que vivemos em uma guerra civil, fortalece a ilusão de que, para nossa segurança, tornam-se necessárias tais medidas.” (COIMBRA, Cecília M. B. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In BATISTA, Vera M. & ABRAMOVAY, Pedro. Depois do grande encarceramento. Rio de Janeiro: Revan, 2010).

Segundo Giorgio Agamben, vivemos atualmente sob a égide do Estado:

- (A) penal;
- (B) de exceção;
- (C) policial;
- (D) do bem estar social;
- (E) disciplinar.

42

Na conhecida *Nota sobre a criança (1969)*, Lacan afirma que o sintoma da criança é capaz de “responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar” e, portanto, se define “como representante da verdade”. Ele aponta, assim, para duas formas de articulação do sintoma infantil: a primeira, que corresponde à articulação significante orientada pela metáfora paterna; e a segunda, que decorre da subjetividade da mãe e deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas. Assim, pode-se dizer que o sintoma infantil:

- (A) na primeira articulação, corresponde ao lugar condensador de gozo; na segunda, permite à criança o acesso à significação fálica;
- (B) na primeira articulação, está ligado à neurose e à perversão; na segunda, à psicose infantil;
- (C) na primeira articulação, realiza a presença do objeto mais gozar; na segunda, deixa uma abertura maior às intervenções do analista;
- (D) na primeira articulação, representa a verdade do casal familiar; na segunda, realiza a presença da criança como objeto a;
- (E) na primeira articulação, corresponde ao terceiro momento do Édipo; na segunda, ao primeiro momento.

43

A identificação da ocorrência de violência sexual contra a criança é assunto controverso, sobretudo, quando ocorre no contexto de separação conjugal litigiosa. Dada a sua complexidade, é correto afirmar que:

- (A) o uso de bonecas anatomicamente corretas é comprovadamente o melhor método de investigação da violência sexual nas entrevistas de revelação;
- (B) nem todas as denúncias de abuso sexual no contexto da separação são falsas, tampouco nem toda denúncia falsa tem como intenção prejudicar o acusado;
- (C) não deve haver contato do acusado com o filho até que terminem as investigações sobre a existência ou não do abuso;
- (D) a recusa da criança em se encontrar com o acusado deve-se a uma situação abusiva quando em sua companhia, não necessariamente sexual;
- (E) em se descobrindo tratar-se de denúncia falsa, a mãe alienadora deve perder a guarda em favor do alienado.

44

A proposta de recriar um conceito de responsabilização criminal a partir da ótica que coloca a vítima e o ofensor no centro do sistema, e não o Estado, havendo ainda espaço para o envolvimento com a comunidade através de práticas circulares, corresponde à Justiça:

- (A) retributiva;
- (B) restaurativa;
- (C) distributiva;
- (D) comutativa;
- (E) subjetiva.

45

Uma das inovações reconhecidas pelo ECA (Lei nº 8069/1990) em relação às leis menoristas anteriores corresponde ao capítulo sobre a proteção judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos, em que são regidas as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular de:

- (A) atividades de lazer, cultura e esporte em comunidades carentes e rurais;
- (B) ensino religioso em pré-escolas e estabelecimentos de ensino obrigatório;
- (C) serviço de assistência social ao adolescente e aos familiares em situação irregular;
- (D) programa de combate às drogas e de internação do adolescente usuário;
- (E) ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

46

“Dois adolescentes de Fernandópolis, SP, um de 15, outro de 16 anos, foram condenados pela justiça da cidade, por *bullying* contra um menino de 10 anos. Eles vão cumprir medida socioeducativa em regime semiaberto por tempo indeterminado”.

O *bullying* acarreta grande sofrimento emocional para as crianças e adolescentes vítimas, que podem a partir daí desenvolver problemas comportamentais e psíquicos, dentre os quais os mais comumente identificados são:

- (A) transtorno de personalidade antissocial e onicofagia;
- (B) depressão e quadros psicossomáticos;
- (C) hebefrenia e transtornos de ansiedade;
- (D) fobia social e transtorno opositor desafiador;
- (E) bipolaridade e transtornos alimentares.

47

Tem chamado atenção no Brasil o alarde em relação às drogas ilícitas, bem como as campanhas envolvendo grandes somas de dinheiro público para tratamento, no caso de algumas delas. Entretanto, ao avanço da utilização das drogas lícitas não se tem atribuído a mesma importância.

Atualmente o Brasil é o segundo maior consumidor mundial do metilfenidato, a Ritalina, droga ministrada a crianças e adolescentes com dificuldades na escolarização, sejam de comportamento, sejam de aprendizagem.

Essas informações são extraídas de publicação do Conselho Federal de Psicologia, que pretende trazer para discussão na sociedade uma reflexão sobre:

- (A) a medicalização da vida e da educação;
- (B) a psicopatologia da vida cotidiana;
- (C) a judicialização do TDAH;
- (D) a descriminalização das drogas;
- (E) o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica.

48

A escuta psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual por psicólogos do Poder Judiciário já foi objeto de controvérsias que envolveram o CFP. Em 2012, o Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes foi instituído no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro através da criação de um núcleo especializado para essa finalidade. Os argumentos apresentados em favor do Depoimento Especial são:

I – A criança e o adolescente vítima ou testemunha nos processos criminais são retirados da sala de audiências tradicional onde ocorrem os debates.

II – A intervenção de técnicos facilitadores concorre para a redução dos danos secundários com perguntas mais apropriadas à fase evolutiva da criança ou do adolescente.

III – O Depoimento Especial é uma avaliação psicológica que visa à superação dos traumas e à não revitimização, sem o compromisso com a produção de provas.

Está correto o que se argumenta em:

- (A) somente I e II;
- (B) somente I e III;
- (C) somente II;
- (D) somente III;
- (E) I, II e III.

49

“Há vinte e dois anos, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esses ‘menores’ que encontramos nas ruas receberam um novo tratamento jurídico: passaram a ser legalmente reconhecidos como crianças (...) e adolescentes (...)” (GARCIA, Joana. Menores e crianças – o velho e atual debate. In CEDECA, Recolhimento e Internação Compulsória. Rio de Janeiro: CEDECA, 2013).

A Resolução nº 20 de 27/05/2011 implementou, na cidade do Rio de Janeiro, o recolhimento e a internação compulsória de crianças e adolescentes que supostamente façam uso de drogas, principalmente crack. De acordo com o entendimento público do CEDECA (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente), essa política se caracteriza como:

- (A) uma estratégia de enfrentamento à insegurança coletiva representada por crianças e adolescentes que façam uso de drogas, notadamente crack;
- (B) uma medida de proteção às crianças e adolescentes que se caracterizam como dependentes químicos, pela submissão ao tratamento compulsório de internação;
- (C) uma continuidade histórica das políticas de internação de crianças e adolescentes em situação de rua, respaldada por argumentos que enfatizam a segurança pública;
- (D) uma ação protetiva para as crianças e adolescentes beneficiados com o recolhimento, pois nas ruas podem ser vítimas de violência física, muitas vezes letal;
- (E) uma alternativa ao encarceramento de adolescentes por tráfico de drogas, pois normalmente as dinâmicas de uso e tráfico de drogas se entrecruzam.

50

O psicanalista inglês D. W. Winnicott abordou a questão da tendência antissocial em conferências como “A delinquência como sinal de esperança” (1967) e em artigos reunidos na obra “Privação e Delinquência”. De acordo com o psicanalista:

- (A) a delinquência é o corolário natural da pobreza, das moradias inadequadas, dos lares desfeitos e das falhas na provisão social;
- (B) a tendência antissocial é decorrente da privação sofrida pelo recém-nascido na fase de dependência relativa;
- (C) a etiologia da tendência antissocial compreende um período inicial de desenvolvimento pessoal satisfatório e uma falha posterior do ambiente facilitador;
- (D) a tendência antissocial está intrinsecamente vinculada à deprivação ocorrida na fase mais precoce do desenvolvimento emocional;
- (E) a tendência antissocial é um defeito da personalidade causado pela distorção no processo de maturação em um ambiente facilitador deficiente.

51

Matéria recentemente publicada no jornal mostrou a situação de adolescentes autistas de Alagoas abandonados pelas famílias em abrigos e amarrados às camas em razão da gravidade de seus quadros e da precariedade da rede de atendimento.

Considerando os princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica, o tratamento das crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista terá como diretrizes:

- I – a articulação da rede intersetorial;
- II – os serviços de atendimento territorializados;
- III – a prioridade no atendimento em regime hospitalar;
- IV – o atendimento por equipe multiprofissional;
- V – o projeto terapêutico individual;
- VI – a inserção em unidades escolares especializadas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I, III e IV;
- (B) somente I, II, IV e V;
- (C) somente II, III, IV e VI;
- (D) somente II, V e VI;
- (E) I, II, III, IV, V e VI.

52

Texto disponibilizado no Portal Ipea mostra que o Brasil vive uma fase de envelhecimento. De acordo com o artigo, entre os anos de 1940 e 2010, a população com mais de 60 anos aumentou de 4% para 11%. A expectativa é que o grupo formado por 20,6 milhões de idosos em 2010 chegue a 57 milhões até 2040, ou seja, 28% da população. O destino desses idosos tem sido cada vez mais decidido pela Justiça brasileira através do aumento dos pedidos de interdição. Constitui motivo legítimo para o deferimento do pedido de interdição dessa população:

- (A) a idade propecta;
- (B) a demência neurodegenerativa;
- (C) o casamento ou união estável com parceiros muito mais jovens;
- (D) a deficiência visual parcial ou total;
- (E) a prática de crime hediondo.

53

Em decisão inédita no ano de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo deferiu pedido para acrescentar na certidão de nascimento de jovem de 19 anos o nome da madrasta, sem retirar o nome da mãe biológica, que morreu três dias após o parto. Quando o filho tinha dois anos, o pai se casou com outra mulher, postulante da ação em conjunto com o enteado. O jovem sempre viveu harmoniosamente com o pai, com a madrasta, a quem sempre chamou de mãe, e com a família de sua mãe biológica. O filho que sempre conviveu com as três famílias tem agora um pai, duas mães e seis avós registrais (Folha de São Paulo, 2012).

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- (A) a multiparentalidade é uma forma de reconhecer no campo jurídico o que ocorre no mundo dos fatos, afirmando a existência do direito à convivência familiar decorrente da paternidade biológica em conjunto com a paternidade socioafetiva;
- (B) a adoção unilateral possibilitou que a madrasta legitimasse a relação de maternidade, afeto e cuidados construída na convivência com seu enteado;
- (C) a pluriparentalidade ou socioparentalidade é um instrumento jurídico que afirma a prioridade da paternidade socioafetiva sobre a paternidade biológica nas famílias recompostas;
- (D) o falecimento da mãe verdadeira do jovem e o novo casamento do pai permitiram a entrada da madrasta como mãe substituta no registro civil do adolescente, já que na prática seria impossível a coexistência de duas referências maternas;
- (E) a filiação deve ser biologicamente fundada e determinada pela consanguinidade, motivo pelo qual não se pode excluir a genitora do registro de nascimento.

54

João, 19 anos, estudante, foi conduzido à Delegacia de Polícia após ser flagrado fazendo uso de maconha em um bloco de Carnaval. O jovem admitiu uso rotineiro da substância e foi liberado após o registro da ocorrência, com o compromisso de posteriormente comparecer ao Juizado Especial Criminal. Considerando essas circunstâncias e a legislação vigente, o psicólogo judicial pode sugerir a aplicação pelo juiz de:

- (A) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo;
- (B) internação involuntária em clínica especializada em dependência química;
- (C) tratamento psicológico compulsório com foco na abstinência;
- (D) pena de reclusão e pagamento de multa;
- (E) interdição judicial por incapacidade para os atos da vida civil.

55

Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria publicou seu primeiro manual diagnóstico, DSM I, derivado de classificações preliminares que têm origem no século XIX. Essa classificação incluiu o diagnóstico de homossexualidade sob a rubrica de desvios sexuais. Diversos movimentos sociais ocorreram nos anos seguintes, culminando com a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais. Por sua vez, cabe à psicologia, de acordo com a Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal:

- (A) investigar através de psicoterapia as causas conscientes e inconscientes da homossexualidade;
- (B) reorientar o homossexual para a heterossexualidade somente nos casos em que ele sofra de identidade de gênero;
- (C) contribuir para o esclarecimento da imaturidade do desenvolvimento psicossocial infantil na etiologia da homossexualidade;
- (D) promover a reflexão sobre o preconceito e para a superação de preconceitos e discriminações;
- (E) recusar o atendimento de pacientes que apresentem a demanda de cura da sua homossexualidade.

56

Em razão de sua etiologia multifatorial, envolvendo aspectos individuais, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, os transtornos por uso de substâncias psicoativas apresentam ampla variedade de propostas de tratamento. Uma das modalidades de intervenção psicológica é a entrevista motivacional, na qual a tarefa do terapeuta consiste em:

- (A) tratar a intoxicação e os quadros de síndrome de abstinência;
- (B) auxiliar a família do dependente a resgatar suas competências;
- (C) coordenar um grupo formado por indivíduos dependentes dispostos a compartilhar experiências;
- (D) ajudar a resolver a ambivalência e colocar a pessoa em movimento no caminho para a mudança;
- (E) estimular o paciente a estabelecer uma aliança terapêutica com o profissional responsável pela cura.

57

A psicologia social comunitária pode ser definida como “uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários.” (CAMPOS, Regina H. de F. (org). Psicologia Social Comunitária. Petrópolis: Vozes, 2012).

A história da psicologia comunitária no Brasil apresenta como primeiras práticas de intervenção da psicologia social comunitária:

- (A) a prevenção da saúde mental e a educação popular;
- (B) a intervenção sindical e a violência entre gêneros;
- (C) a violência urbana e a perda de identidade pelas migrações;
- (D) a melhoria das condições de trabalho e a análise da ação ideológica dos meios de comunicação;
- (E) a ausência de organização popular e a superação do individualismo.

58

A gestante Paula, 27 anos, foi encaminhada ao Juízo da Infância e da Juventude pela assistente social do posto de saúde onde fazia seu pré-natal, a quem revelou sua intenção de entregar o bebê em adoção. Existem estudos sobre as mães que, por entrega ou por abandono, separam-se de seus bebês, que revelam que:

- (A) a motivação para a entrega das crianças em adoção ou pelo seu abandono é a falta de condições econômicas das mães;
- (B) o abandono é uma perversão do instinto materno inerente aos processos filogenéticos da gestação, do parto e do aleitamento;
- (C) muitas entregas são protetivas da criança e algumas se configuram em verdadeiro ato de amor da mãe pela criança;
- (D) os laços de sangue são prioritários e o acolhimento da criança abandonada enquanto se resgata o amor materno é a medida mais indicada;
- (E) os pais devem ser excluídos do processo de decisão quanto à entrega em adoção, já que o ônus da maternagem será da mulher.

59

Em interessante análise sobre o consumo no momento atual, Jurandir Freire Costa considera: “a questão do comprismo não é saber se os objetos distorcem ou não a vida emocional, mas como participam na gestão, manutenção e reprodução de nossos ideais de eu.” (COSTA, Jurandir Freire. Declínio do comprador, ascensão do consumidor. In COSTA, Jurandir Freire. O vestígio e a aura. Rio de Janeiro: Garamond, 2004).

Nesse contexto, para o autor, a apropriação emocional dos objetos vem sendo condicionada por três eventos socioculturais:

- (A) a mudança na natureza do trabalho, as novas percepções das imagens do corpo e o enfraquecimento moral da autoridade;
- (B) a transnacionalização do capital, a radical reconfiguração dos ideais do eu e o declínio abissal da figura paterna;
- (C) a multiplicação dos comportamentos compulsivos, a derrocada da autoridade paterna e o aumento da delinquência;
- (D) o aumento do uso de drogas lícitas e ilícitas, o retraimento da consciência moral e o enfraquecimento da representação paterna;
- (E) a fragilização dos Estados Nacionais, a globalização econômica e a exacerbação do individualismo e do narcisismo hedonista.

60

“O direito à convivência familiar é lei e política pública. Mas partimos de um fato notório: milhares de crianças no Brasil são privadas desse direito. (...) Crianças acolhidas em tenra idade se tornaram adolescentes em institucionalizações crônicas, motivadas, na maioria das vezes, pela mera inobservância da proteção integral prevista na lei e muitas vezes perpetuadas pela inércia, pela acomodação e por uma cultura de institucionalização compartilhada, até mesmo com as famílias de origem.” (KNOPMAN, Eliana B. Busca ativa na adoção: quando a espera passiva é violação de direitos. In LADVOCAT, Cynthia & DIUANA, Solange. Guia de adoção. São Paulo: Roca, 2014).

Algumas das mudanças trazidas ao ECA pela Lei nº 12.010/2009, que ficou conhecida como lei da adoção, são:

- (A) audiências trimestrais de reavaliação da institucionalização, prazo máximo de um ano da medida de acolhimento, acolhimento e desligamento institucionais como atribuição do Conselho Tutelar e da autoridade judiciária;
- (B) audiências anuais de reavaliação da institucionalização, prazo máximo de três anos da medida de acolhimento, acolhimento institucional como atribuição do Conselho Tutelar e da autoridade judiciária e desligamento como prerrogativa da autoridade judiciária;
- (C) audiências bimestrais de reavaliação da institucionalização, prazo máximo de um ano da medida de acolhimento, acolhimento institucional como prerrogativa da autoridade judiciária e desligamento como atribuição concorrente do Conselho Tutelar e da autoridade judiciária;
- (D) audiências semestrais de reavaliação da institucionalização, prazo máximo de um ano da medida de acolhimento, acolhimento e desligamento institucionais como prerrogativas do Conselho Tutelar;
- (E) audiências semestrais de reavaliação da institucionalização, prazo máximo de dois anos da medida de acolhimento, acolhimento e desligamento institucionais como prerrogativa da autoridade judiciária.

61

Com relação aos alimentos que devem ser prestados ao idoso, a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) estabelece que a obrigação alimentar:

- (A) preferencial é do descendente mais próximo;
- (B) preferencial é do cônjuge capaz;
- (C) preferencial é do descendente com maior capacidade financeira;
- (D) é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores;
- (E) é solidária, devendo ser seguida a ordem preferencial dos prestadores.

62

No século XIX, o estudo científico dos comportamentos tidos como perversos já ocupava o centro das perícias judiciárias. O instinto sexual passou a ser localizado na raiz das doenças mentais e do comportamento em geral, assumindo, assim, relevância central na patologia psiquiátrica e se transformando em objeto de interesse da medicina. Nesse contexto, para a psiquiatria da época, é correto afirmar que:

- (A) a anomalia adulta seria tributária da ausência de controle adquirido no desenvolvimento infantil;
- (B) o jovem onanista não se desenvolveria futuramente num louco criminoso;
- (C) as irregularidades intrafamiliares estariam dissociadas das irregularidades extrafamiliares;
- (D) ela ficaria restrita à gestão da loucura, cedendo lugar a outras ciências para a gestão da ordem social;
- (E) o ato criminoso era concebido como a manifestação repentina e excessiva em relação ao conjunto da personalidade.

63

Para que a psicanálise e o direito penal possam dialogar, sob a ótica da criminologia crítica, em face do mal estar contemporâneo que se traduz na reprodução de inúmeras formas de violência, pode-se afirmar que:

- (A) o psicanalista deveria fazer a perícia com objetivo de identificar as perversões e os transtornos de personalidade;
- (B) a psicanálise deveria fundamentar os vereditos em favor da aplicação das medidas de segurança;
- (C) ambos deveriam fazer frente à prática seletiva e estigmatizante do modelo jurídico de resolução de conflitos;
- (D) as penas deveriam ser individualizadas de acordo com a personalidade e periculosidade do apenado;
- (E) ambos deveriam restaurar conjuntamente a autoridade simbólica do pai através da figura do juiz penal.

64

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) compreende como competências da equipe interprofissional da Justiça da Infância e Juventude:

- I – Fornecer subsídios por escrito, mediante laudos.
- II – Fornecer subsídios verbalmente, na audiência.
- III – Desenvolver as atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

65

Em recente seminário sobre abandono e convivência familiar, o Ministério Público do Rio de Janeiro divulgou os resultados do 13º Censo da População Infanto-Juvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro. Os dados do censo mostram que, em junho de 2013, eram 2.437 as crianças e adolescentes em situação de acolhimento, número que diminuiu para 2.137 crianças e adolescentes no censo de 2014.

Sobre a possibilidade de visitação de postulantes a adoção às crianças e adolescentes em acolhimento institucional, é entendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente que:

- (A) a visita de postulantes às entidades de acolhimento viola o direito de crianças e adolescentes institucionalizados à intimidade e ao sigilo sobre sua situação jurídica;
- (B) os primeiros contatos entre postulantes e crianças e adolescentes institucionalizados devem acontecer em espaço extra-abrigo;
- (C) o acolhimento institucional é medida socioeducativa que implica suspensão temporária do direito à convivência familiar e comunitária;
- (D) sempre que possível e recomendável, a preparação para adoção incluirá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento em condições de serem adotados;
- (E) só poderão ser visitadas as crianças maiores ou adolescentes, aqueles com necessidades específicas de saúde ou com deficiências, e grupos de irmãos.

66

A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) configura o fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em que exista a relação íntima de afeto entre homem e mulher, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida em coabitação.

Com base nas considerações acima, está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

67

No ordenamento jurídico brasileiro, as pessoas com transtornos mentais que cometem crimes são consideradas inimputáveis e são submetidas à medida de segurança de internação compulsória. A partir da publicação da Lei nº 10.216 de 2001, assim como das resoluções da III Conferência Nacional de Saúde Mental, mudanças na assistência ao louco infrator vêm sendo defendidas, entre as quais pode-se apontar:

- (A) a realização de perícia psiquiátrica que ateste a cessação de periculosidade como critério para a desinstitucionalização dos pacientes;
- (B) a construção de novos hospitais de custódia e a ampliação das unidades existentes para o atendimento à clientela apenas com transtorno mental;
- (C) a regulamentação da internação compulsória com o estabelecimento da necessidade de indicação da internação pelo juiz de execuções penais;
- (D) a promoção da separação nos manicômios judiciários entre os loucos infratores e os pacientes internados por crimes praticados sob o efeito de drogas ilícitas;
- (E) o atendimento e a inclusão das pessoas acometidas de transtornos mentais submetidas à medida de segurança preferencialmente na rede extra-hospitalar.

68

A Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), considera, no tocante à colocação em família substituta, que:

I – Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido, expressamente ao pedido de colocação em família substituta, o pedido poderá ser formulado diretamente no cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.

II – A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional.

III – Apresentado o relatório social ou laudo pericial, a criança ou adolescente deverá ser ouvida pela autoridade judiciária, dando-se vista dos autos ao Ministério Público, pelo prazo de 15 dias, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

69

Há uma cultura do litígio enraizada na sociedade, cuja tendência é resolver os conflitos de forma adversarial. Nessas circunstâncias, os denominados meios alternativos de resolução de conflitos apresentam especial importância, com destaque para a mediação, na medida em que possuem os seguintes objetivos, EXCETO:

- (A) aliviar o congestionamento do judiciário;
- (B) promover a pacificação social;
- (C) democratizar o acesso à justiça;
- (D) promover a autocomposição da solução de controvérsias;
- (E) garantir a legitimidade dos ritos judiciais.

70

João ressentiu-se de que Maria lhe faltou com os deveres conjugais ao abandonar o lar. Por isso, considera-se merecedor da guarda do filho, com idade de seis anos, achando importante que a criança seja escutada em juízo para manifestar sua vontade ao juiz. Por sua vez, Maria reclama que João cria dificuldades às visitas, pleiteando, assim, a guarda compartilhada. Dessa maneira, a seu ver, o ideal seria o filho revezar as semanas, ora na casa dela, ora na casa paterna. Ela acrescenta ainda que, por ser mãe, naturalmente tem mais direitos do que o pai sobre a criança.

Sabemos que ao psicólogo cabe não apenas avaliar, mas também mediar, encaminhar, orientar e prestar esclarecimentos.

Mediante a situação acima, o esclarecimento correto seria que:

- (A) o critério de falta conjugal deve ser levado em conta tanto quanto o de interesse da criança;
- (B) a guarda compartilhada pressupõe necessariamente a convivência física alternada, sendo permitido dividi-la de outra forma;
- (C) a vontade do filho, se fosse adolescente, prevaleceria sobre a decisão judicial; mas, sendo criança, deve ser levado em conta o melhor interesse;
- (D) o juiz leva em conta, caso defina a guarda unilateral, o afeto, a saúde, a segurança e a educação proporcionados pelo genitor mais apto;
- (E) de acordo com o Código Civil, a mãe fica com as filhas menores e com os filhos até os seis anos de idade.

Discursivas

1

Mauro e Flávia foram casados por oito anos, tendo gerado duas filhas da união, as gêmeas Clara e Alice (4 anos). Em meio a um turbulento processo de divórcio, foi decidido que as crianças permaneceriam sob a guarda materna. Entretanto, o pai das crianças iniciou processo de guarda em Vara de Família, alegando que as meninas sofreriam violência psicológica cometida pelo atual padrasto. Diante da situação constatada, o juiz determinou a realização de relatório psicológico por profissional concursado lotado naquela serventia. Ocorre que o pai das crianças contratou assistente técnico da mesma especialidade e está demandando que este profissional participe de todas as intervenções do psicólogo nomeado pelo Juízo.

À luz da Resolução nº 0008/2010, responda (máximo 20 linhas):

- (a) Qual deverá ser o posicionamento do psicólogo perito e do psicólogo assistente técnico diante desse caso? Justifique a resposta.
- (b) Ainda segundo a resolução, qual é a diferença na produção de documentos por parte de cada um desses profissionais? Justifique a resposta.

2

José, 37 anos, funcionário público, requereu sua habilitação para adoção no Juízo da Infância e da Juventude próximo de seu domicílio. Durante o estudo psicológico, foi apurado que José vivia há 8 anos com João, professor, 39 anos, tendo o casal lavrado a Escritura Pública de Reconhecimento de União Homoafetiva em um cartório. Na entrevista com o psicólogo, João declarou que o projeto de adoção era exclusivamente de seu companheiro, já que ele, João, não tinha interesse em incluir uma criança na vida do casal.

O psicólogo deu parecer contrário à habilitação e, em decorrência disso, José representou contra ele no CRP, alegando discriminação homofóbica e quebra de sigilo por ter o psicólogo informado no parecer que ele era homossexual.

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Código de Ética do Psicólogo e das resoluções do CFP, responda (máximo 20 linhas):

- (a) Você concorda com o parecer do psicólogo? Justifique a resposta.
- (b) A representação contra o psicólogo no CRP é procedente ou não? Justifique a resposta.

Realização

